prazo de 1 (um) ano, contado da publicação deste Ato Normativo.

§ 1º O prazo para adesão ao programa inicia com a publicação deste ato e termina no dia 31.05.2022, em requerimento de aposentadoria completamente instruído com os documentos necessários e dirigido ao Defensor Público-Geral, com expressa referência ao PAIn;

§ 2º Os requerimentos de aposentadoria vinculados ao PAIn serão analisados em ordem cronológica, aferida a partir da data e hora do protocolo; § 3º Os pedidos de aposentadoria vinculados ao PAIn serão deferidos até o limite da reserva orçamentária.

Art. 3º Ao Membro ou Servidor que aderir ao PAIn serão oferecidos os seguintes incentivos:

I – Indenização de férias e licenças não gozadas, de modo prioritário e parcelado, nos termos desta Resolução;

II – Pagamento de verbas decorrentes de direitos reconhecidos pela Administração; § 1º Os créditos oriundos do PAIn serão pagos de modo prioritário pela Defensoria Pública do Estado do Pará, em parcelas cujo valor máximo não ultrapasse a última remuneração do requerente;

§ 2º O pagamento das indenizações previstas neste ato terá início no mês subsequente ao da publicação do ato de aposentação do membro ou servidor; § 3º Para os fins deste artigo, serão disponibilizados, aos membros e servidores que preencherem os requisitos, uma memória prévia de cálculos, com indicação do montante a ser pago, bem como o número de parcelas. Art. 4º A adesão ao PAIn implica em:

I – permanência no exercício das funções do cargo até à data de publicação do ato da aposentadoria, respeitado o direito ao afastamento previsto no art. 112, §4º, da L. 5810/94;

II – irreversibilidade da aposentadoria;

III – impossibilidade de investidura em cargo de provimento em comissão na Defensoria Pública pelo prazo de três anos da publicação do ato de aposentadoria.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

CÉSAR AUGUSTO ASSAD

Corregedor-Geral

Membro Nato

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Membro Titular

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

Membro Titular

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

JULIANA ANDRÉA OLIVEIRA

Membra Titular

DOMINGOS LOPES PEREIRA

Membro Titular

RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

Protocolo: 776634

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO:

PORTARIA Nº 111/2022, DE 14/03/2022. Por Duplicação de Laudo Pericial e, nova formalização de processo.

da Servidor Público Dina Raquel Monteiro da Silva, matrícula: 57216845. Publicada no DOE nº 34.903 de 23/03/2022.

Protocolo: 776627

OUTRAS MATÉRIAS

ATO Nº 22, DE 09 DE MARÇO DE 2022.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, VIII e XXVII, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/163625; RESOLVE:

Nomear JEAN BRUNO DANIEL DE VASCONCELOS, OAB/PA nº 32.338, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DE DEFENSORIA, código DAS-DEF-PUB, junto ao Núcleo da Entrância Especial, a contar de 10 de março de 2022.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 776622

RESOLUÇÃO CSDP Nº 307, DE 21 DE MARÇO DE 2022.

Institui o Prêmio Servidor Sangue Verde no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a utilização das boas práticas de trabalho, com foco na produtividade, na eficiência, na economicidade e

na melhoria da qualidade do serviço público.

CONSIDERANDO a necessidade de se implementar programas e ações de reconhecimento, individuais e/ou em equipes, que valorizem, deem visibilidade e prestígio os resultados alcançados por servidores da Defensoria Pública do Pará

CONSIDERANDO a aprovação unânime do Conselho Superior em sua 235ª Sessão Ordinária, realizada em 21 de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o prêmio servidor sangue verde, a ser concedido aos servidores públicos da Defensoria Pública do Estado do Pará, que, desenvolvam ações que promovam boas práticas de trabalho, com foco na produtividade, na eficiência, na economicidade e na melhoria da qualidade do serviço público.

§ 1º Entende-se como boas práticas de trabalho ações e procedimentos diferenciados que geram melhorias no seu ambiente de trabalho e na instituição.

§ 2º O Prêmio Servidor Sangue Verde será regido por edital, publicado anualmente, contendo o tema, formulários e regras específicas, conforme a temática escolhida.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º O prêmio servidor sangue verde objetiva:

I- Incentivar, valorizar e dar maior visibilidade a práticas que contribuam para uma organização motivada;

II- desenvolver um banco de práticas bem-sucedidas e apresentar soluções a desafios encontrados na instituição;

III- reconhecer publicamente os esforços em favor da valorização do servidor e da qualidade do serviço público.

CAPÍTULO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 3º O Prêmio Servidor Sangue Verde será concedido a qualquer servidor ativo da Defensoria Pública do Estado do Pará, individualmente ou em equipe de no máximo 05(cinco) servidores.

§1º Não poderá o mesmo servidor se inscrever em mais de uma equipe ou individualmente e por equipe ao mesmo tempo.

§2º Para cada ação de boas práticas de trabalho no serviço público de iniciativa grupal deverá ser designado um representante, e identificados os demais participantes.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS

Art. 4º O Prêmio Servidor Sangue Verde se divide nas seguintes categorias:

I- Atuação de apoio técnico à atividade finalística da Defensoria Pública. Estão incluídos nesta categoria serviços de apoio psicopedagogossocial, perícias e assessoramento jurídico;

II- Atuação de apoio administrativo. Estão inclusos nesta categoria serviços de apoio nas áreas de pessoal, materiais, licitações, contratos, convênios, planejamento, tecnologia da informação, transporte, serviços gerais e demais ligados à atuação administrativa.

III- Atuação de apoio administrativo à atividade finalística da Defensoria Pública. Estão inclusos nesta categoria serviços de atendimento ao assistido, assim como manuseio e trâmite de processos ligados à área finalística.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 5º A inscrição será realizada, anualmente, mediante a entrega de ficha de inscrição e relato de boas práticas de trabalho, com texto descritivo.

§1º A inscrição no certame será aceita exclusivamente via PAE (Processo Administrativo Eletrônico).

§2º A "Ficha de Inscrição", o "Relato de Boas Práticas do Trabalho" e o "Texto Descritivo" estarão disponibilizados na intranet no website www.defensoria.pa.def.br, conforme modelo disponibilizado em edital.

§ 3º Os documentos de inscrição referidos no caput deste artigo deverão ser encaminhados, via PAE, à Escola Superior da Defensoria Pública, que será a organizadora do certame.

§4º A Defensoria Pública não se responsabilizará por quaisquer problemas relacionados ao envio, extravio ou demora na entrega da documentação necessária à inscrição.

CAPÍTULO V

DA APRESENTAÇÃO DO RELATO DAS AÇÕES DE BOAS PRÁTICAS DE TRABALHO

Art. 6º As ações desenvolvidas pelo servidor ou grupo de servidores deverão ser relatadas de forma sucinta no formulário "Relato de Boas Práticas de Trabalho" e de forma detalhada no formulário "Texto Descritivo".

§1º A descrição detalhada das Boas Práticas, no formulário "Texto Descritivo" deverá conter no máximo 05 (cinco) laudas, podendo ser anexadas fotos, imagens, tabelas, demonstrativos e gráficos.

§2º O título do "Relato de Boas práticas de Trabalho" e do "Texto Descritivo" deverá ser o mesmo da "Ficha de Inscrição".

CAPÍTULO VI

DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO DOS CANDIDATOS AOS PRÊMIOS

Art. 7º A seleção e o julgamento dos candidatos inscritos serão realizados por uma comissão especial, designada pelo Defensor Público Geral do Estado do Pará.

SEÇÃO I

DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 8º A comissão Especial designada para seleção e julgamento será formada por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) suplentes, e será composta de pessoas com notório saber e atuação na gestão pública em Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais de todo o Brasil.

§ 1º O Presidente da Comissão será designado pelo DPG, dentre os Mem-